

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

Processo Administrativo nº 476920.002557/2025-18

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO / CRA-PR

UASG 389147

OBJETO

Aquisição de equipamentos, periféricos e suprimentos de informática conforme detalhado no Termo de Referência.

VALOR MÁXIMO ACEITO PARA A CONTRATAÇÃO POR GRUPO E TOTAL

Grupo 1 - R\$ 11.855,31

Grupo 2 - R\$ 21.599,59

Grupo 3 - R\$ 15.817,93

Grupo 4 - R\$ 20.698,93

Grupo 5 - R\$ 10.931,99

O valor global estimado para os gastos será de R\$80.903,75.

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **06/07/2026** às 09 horas (horário de Brasília)

Local: <http://www.gov.br/compras>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço.

MODO DE DISPUTA:

Aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim.

EDITAL nº 90003/2026

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Paraná / CRA-PR, por meio do Setor de Contratos e Compras, situado na Rua Coronel Dulcídio, 1565 - Água Verde, Curitiba - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei 14.133/2021](#) e da *Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 7.174/2010*, e demais legislação e normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de equipamentos, periféricos e suprimentos de informática conforme detalhado no Termo de Referência..

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão:

2.1.1. Toda e qualquer Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que comprove essa condição através de documento oficial, que esteja regularmente estabelecida no País, que satisfaça todas as exigências, especificações, quantidades e normas contidas neste Edital e que esteja previamente cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e credenciada perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação.

2.1.3. O CRA-PR não é unidade de cadastramento do SICAF.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticada diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, quando couber.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante, estendido a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei 14.133/2021.
- 2.7. O impedimento da pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados e empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. Não há impedimento em licitar ou contratar serviços que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei 14.133/2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei 14.133/2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado pelo fornecedor possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **do valor total de cada Grupo**.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implica recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. o prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8. Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do Grupo**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto 8.538, de 2015](#).
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de pelo menos 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, com as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei 14.133/2021](#), legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Anexo I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de pelo menos 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/2021, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto 8.538/2015).
- 7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacoes@cra-pr.org.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência existente entre as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo deste Edital, e as especificações do objeto descritas no sítio www.gov.br/compras, sempre prevalecerá as especificações do Termo de Referência.
- 11.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.10.1. ANEXO I – Documentos de Habilitação;
- 11.10.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 11.10.3. ANEXO III (A, B, C, D e E) - Modelo da Proposta;
- 11.10.4. ANEXO IV - Minuta do Contrato de Garantia e Assistência Técnica.

Curitiba, 27 de abril de 2026.

Adm. José Luiz R. Leal
Pregoeiro

ANEXO I
(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;
- 1.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no registro civil das pessoas jurídicas ou no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- 1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764/1971;
- 1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; as certidões que não fixarem prazo de validade, só serão aceitas, aquelas expedidas até no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da presente licitação.

4. Qualificação Técnica

4.1. Comprovação através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, que a licitante já tenha efetuado o fornecimento similar ao do objeto da licitação, contendo nome e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio que permita ao CRA-PR manter contato com a instituição atestante;

4.2. Caso seja necessário diligenciar, o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

ANEXO II
(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)
TERMO DE REFERÊNCIA

*obs: Todos os itens devem ser entregues atendendo, **no mínimo**, os requisitos definidos em suas descrições completas.*

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto nos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º da Lei 14.133/2021; art. 14 do Decreto nº 10.024/19.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos, periféricos e suprimentos de informática conforme Documentos de Formalização de Demanda nº 27/2025/CRA-PR (SEI [3784759](#)), 7/2025/CRA-PR (SEI [3782224](#)), 2/2025/CRA-PR (SEI [3782213](#)), 3/2025/CRA-PR (SEI [3782199](#)), 29/2024/CRA-PR (SEI [3782176](#)), 25/2024/CRA-PR (SEI [3782173](#)) e 21/2024/CRA-PR (SEI [3782166](#)).

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

2.1. Justifica-se a utilização de marcas de referência a fim de determinar com maior precisão a qualidade do produto que o CRA-PR deseja, com a finalidade de garantir maior eficiência nas compras realizadas, conforme previsão do art. 41, I, d, da Lei n. 14.133/2021.

2.2. A indicação de marca/modelo específico justifica-se pela necessidade de manter a compatibilidade com os equipamentos já instalados na infraestrutura do órgão, evitando problemas de interoperabilidade e custos adicionais decorrentes da substituição ou reconfiguração do sistema existente, nos termos do art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. As especificações técnicas descritas representam os requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se o fornecimento de equipamentos equivalentes ou superiores, desde que plenamente compatíveis com as necessidades da Administração.

2.4. Tratam-se de bens de natureza comum, sendo caracterizados de forma objetiva por padrões de desempenho e qualidade definidos e usuais praticados no mercado; sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

2.5. Tendo em vista a natureza dos objetos a serem adquiridos, optou-se pela separação em Grupos, visando ampliar a concorrência, assegurar a isonomia entre os licitantes e promover a economicidade do certame. Dessa forma, os itens foram organizados da seguinte maneira:

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

Grupo 1			
Item	Objeto	Quantidade	Especificação:
1.1	Kit mouse e teclado com fio	15	<p>Referência: Kit Teclado e Mouse HP 150 Conectividade plug-and-play USB Compatível com Windows 10 e 11, e Linux Cor: preta ou grafite Comprimento do cabo: mínimo 1,3 m Teclado: Resistente ao derramamento de líquido. Layout ABNT2 Com teclado numérico Teclas de perfil baixo Regulagem de altura Mouse: Ergonômico Tipo de sensor: Óptico Min. 1000dpi Número de botões: 3, sendo 1 roda de rolagem Tamanho normal Garantia: 12 meses</p>
1.2	Kit mouse e teclado sem fio	03	<p>Referência: Logitech MK235</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação sem fio através de conector USB • Alcance mínimo de 5 metros • Cor: preta ou grafite • Compatível com Windows, ChromeOS e Linux • Tecnologia Plug and Play • Teclado: <ul style="list-style-type: none"> ○ Layout ABNT2 ○ Com teclado numérico

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

			<ul style="list-style-type: none"> ○ Teclas silenciosas, com estrutura durável e perfil baixo ("chiclete") ● Mouse: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ergonômico ○ Tipo de sensor: Óptico ○ Min. 1000dpi ○ Número de botões: 3, sendo 1 roda de rolagem ○ Tamanho normal ● Garantia: 12 meses
1.3	Headsets com fio	21	<p>Referência: Logitech H390</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fone biauricular com microfone ● Cor: preta ou grafite ● Conexão USB (não será aceito uso de adaptadores) ● Sistema plug and play ● Compatível com Windows 10 e 11, e Linux ● Potência mínima: 20 mw ● Sensibilidade microfone: -42 ± 4 dB ● Sensibilidade fone: $93 \text{ dB} \pm 6\text{dB}$ ● Impedância microfone: 2k2 ● Impedância fone: $300 \sim 3,4$ kHz ● Resposta em frequência microfone: $100 \sim 10$ KHz ● Resposta em frequência fone: $300 \sim 3,4$ kHz ● Alças ajustáveis ● Ergonômico ● Microfone embutido e com haste ajustável ● Peso: igual ou inferior a 250g ● Comprimento do cabo: mínimo 1,5 m ● Garantia: 24 meses

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

1.4	Headset sem fio	02	<p>Referência: Logitech Zone 300</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: Grafite ou preta • Conectividade sem fio • Sistema plug and play • Compatível com Windows 10 e 11, e Linux • Alças ajustáveis • Ergonômico • Fone biauricular • Microfone embutido com redução de ruído e com haste ajustável • Bateria com duração mínima de 10 h • Com cabo de carregamento USB-C • Alcance sem fio mínimo de 5m • Peso: max. 300g • Garantia: 12 meses
1.5	Cabo HDMI	10	<ul style="list-style-type: none"> • Versão: 1.4 ou superior • Suporte a 4K 60fps • Min. 1,5 metros • Cor: preta • Garantia: 12 meses
1.6	Webcam	04	<p>Referência: Logitech Brio 100</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor: preto ou grafite • Conectividade USB plug-and-play • Compatível com Windows 10 e 11 • Compatível com Meet, Zoom e Teams • Resolução: min. Full HD 1080p 30fps • Mínimo 2 Megapixels • Microfone omnidirecional • Protetor de privacidade integrado • Garantia: 12 meses

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

1.7	Hub USB 4 entradas	03	<ul style="list-style-type: none"> • Conexão USB-A Plug & Play • 4 portas USB 3.0 até 5.0GB/s • Compatível com versões USB anteriores • Não requer alimentação externa • Cor: preta ou grafite • Garantia: 12 meses
1.8	Kit extensor HDMI RJ45	03	<p>Referência: Intelbras VEX 3120 IP HDMI</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 12 meses • Compatível com Extensores Intelbras • Resolução suportada: 1920x1080p • Suporte a HDMI 1.4 • Distância de transmissão: min 100 metros com cat5e • Tecnologia HDMI Over IP • Alimentação externa • Itens inclusos: <ul style="list-style-type: none"> ○ 1 Receptor HDMI ○ 1 Transmissor HDMI ○ 2 Cabos ou fontes de alimentação

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

Grupo 2			
Item	Objeto	Quantidade	Especificação:
2.1	Access Point	10	<p>Referência: Ubiquiti UAP-AC-PRO</p> <ul style="list-style-type: none">• Garantia: 12 meses• Deve acompanhar injetor PoE no padrão 802.3af• Compatível com Software de Gerenciamento UniFi Network Server• Conexão: Wi-fi• Antenas Dual Band• Transmissão: 2,4 GHz e 5 GHz• Taxa de transmissão agregada: mínima de 1,3 Gbps• Fonte de alimentação: AC/DC

Processo Administrativo de Contratação n° 476920.002557/2025-18

2.2	Switch	02	<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento tipo switch Ethernet gerenciável, para montagem em rack 19”, altura máxima de 1U. • Suporte a operação em camada 2 e camada 3 (L2/L3), com recursos de roteamento estático IPv4/IPv6, QoS, segurança e gerenciamento. <p>Hardware mínimo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portas de dados: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mínimo de 48 portas RJ45 10/100/1000 Mbps comutadas (Gigabit Ethernet). ○ Mínimo de 4 slots SFP ou SFP+ para uplink em fibra, com velocidade de pelo menos 1 Gbps, sendo desejável até 10 Gbps. • PoE: <ul style="list-style-type: none"> ○ Todas as 48 portas RJ45 devem suportar PoE conforme IEEE 802.3af e 802.3at (PoE+). ○ Orçamento total de potência PoE igual ou superior a 370 W. • Desempenho: <ul style="list-style-type: none"> ○ Capacidade de comutação mínima de 100 Gbps. ○ Tabela de endereços MAC com, no mínimo, 16.000 entradas. ○ Suporte a Jumbo Frames de, no mínimo, 9 KB. • Construção e alimentação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gabinete metálico, fonte interna bivolt automática 100–240 Vac, 50/60 Hz. ○ Sistema de refrigeração com ventoinhas internas (coolers). ○ Temperatura de operação mínima -5 °C e máxima 50 °C, umidade de 5% a 95% sem condensação. • Interfaces de gerenciamento: <ul style="list-style-type: none"> ○ 1 porta console (RJ45 e/ou microUSB) para acesso local. <p>Funcionalidades de camada 2 (L2)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte a: <ul style="list-style-type: none"> ○ Autonegociação de velocidade/duplex e auto MDI/MDIX; controle de fluxo IEEE 802.3x. ○ Spanning Tree 802.1D STP, 802.1w RSTP e 802.1s MSTP, com mecanismos de proteção (root guard, BPDU guard ou equivalentes). ○ Agregação de links estática e via LACP (IEEE 802.3ad), com no mínimo 8 grupos e até 8 portas por grupo. ○ Espelhamento de portas (port mirroring) para monitoramento de tráfego. • VLAN: <ul style="list-style-type: none"> ○ Suporte a VLAN IEEE 802.1Q com no mínimo 4.000 VLANs (IDs 1–4094).
-----	--------	----	---

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

			<ul style="list-style-type: none"> ○ VLAN de voz (Voice VLAN) e VLAN baseada em porta, MAC, protocolo ou subrede IP. ○ Suporte a QinQ (VLAN VPN/tunneling). ● Multicast: <ul style="list-style-type: none"> ○ IGMP Snooping v1/v2/v3, com suporte a no mínimo 250 grupos multicast. ○ MLD Snooping para IPv6. <p>Funcionalidades de camada 3 (L3)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Suporte a roteamento IPv4 e IPv6 estático, com tabela de rotas IPv4 mínima de 48 rotas. ● Suporte a interfaces VLAN (SVI) para roteamento entre VLANs. ● Suporte a ARP estático/dinâmico e funções de servidor DHCP e/ou DHCP relay para IPv4/IPv6. <p>QoS e política de tráfego</p> <ul style="list-style-type: none"> ● No mínimo 8 filas de prioridade por porta. ● Classificação e marcação de tráfego por 802.1p CoS e DSCP. ● Algoritmos de agendamento de filas SP, WRR e combinação SP+WRR, com possibilidade de limitação de banda por porta/fluxo. <p>Segurança, ACL e controle de acesso</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Port security com limitação do número de endereços MAC por porta. ● Suporte a 802.1X (autenticação por porta e/ou MAC) integrado a servidor RADIUS, com VLAN de convidados. ● DHCP Snooping, IP Source Guard e Dynamic ARP Inspection (DAI) ou equivalentes. ● Controle de tempestades de broadcast, multicast e unicast desconhecido. ● ACLs L2/L3/L4 aplicáveis por porta e/ou VLAN, com possibilidade de ACL baseada em horário (timerange). <p>IPv6</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Suporte a dual stack IPv4/IPv6. ● Suporte a IPv6 ACL, Neighbor Discovery, ICMPv6, MLD Snooping e serviços de gerenciamento (SNMPv3, SSH, HTTPS) sobre IPv6. <p>Gerenciamento e monitoramento</p>
--	--	--	---

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

			<ul style="list-style-type: none"> • Métodos de gerenciamento: <ul style="list-style-type: none"> ○ Interface web (HTTP/HTTPS). ○ CLI via console, Telnet e SSH. ○ SNMP v1/v2c/v3 com suporte a RMON. • Recursos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Dual image de firmware e configuração. ○ Diagnóstico de cabos, monitoramento de CPU, memória, temperatura, ventoinhas e fonte. ○ Suporte a provisionamento automático (ZeroTouch Provisioning) ou funcionalidade equivalente. ○ Suporte a gerenciamento centralizado por controlador/software de rede, local ou em nuvem, sem restringir a fornecedor específico. <p>Padrões, certificações e garantia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatível com padrões IEEE: 802.3 (10BASET), 802.3u (100BASETX), 802.3ab (1000BASET), 802.3z/802.3ae (fibra/10G), 802.3af/802.3at (PoE/PoE+), 802.1Q, 802.1p, 802.1D/802.1w/802.1s, 802.1X, 802.3x, 802.3ad/LACP. • Atender a diretrizes ambientais RoHS e normas de segurança e compatibilidade eletromagnética (como CE, FCC ou equivalentes) e possuir homologação Anatel válida para uso no Brasil. • Garantia mínima de 36 meses com assistência técnica no território nacional.
2.3	Localizador e testador de cabo de rede	01	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 12 meses • Conjunto composto por emissor (gerador de tom) e sonda receptora. • Capacidade de teste de continuidade em todos os pares. • Conectores compatíveis com RJ45 e RJ11. • Alcance mínimo de teste de 300 metros. • Possuir controle de volume (roda de ajuste). • Possuir saída para fone de ouvido padrão P2 (3,5 mm). • Alimentação por bateria substituível ou recarregável.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

2.4	Kit Conector RJ45 CAT6 de passagem única 100un.	01	<ul style="list-style-type: none"> • Categoria: Cat6 • Material do corpo: Policarbonato transparente • Montagem: Padrão T568A ou T568B • Passagem única (EZ Crimp) • Padrão: 8P8C
-----	---	----	--

Grupo 3			
Item	Objeto	Quantidade	Especificação:
3.1	Nobreak 1200va	02	<p>Garantia: 24 meses Potência: 1200VA/250W Tensão de entrada: bivolt automático isolado Tensão de saída nominal: 120V Mínimo 6 tomadas de saída, padrão NBR14136 Bateria interna: mínimo 2 unidade de 7Ah A bateria deve ser selada Proteção contra sobrecorrentes, picos de tensão, curto circuito e sobretemperatura Sinalizador visual e sonoro para o mínimos das seguintes informações: potência excessiva, estado da rede e bateria</p>

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

3.2	Monitor para computador	03	<p>Referência: DELL P2425H</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 36 meses • Bivolt • Tamanho mínimo: 23,8" • Taxa de atualização: 100Hz • Tempo de resposta: 5ms • Tipo de tela: Led IPS • Resolução: 1920x1080p • Ajuste de altura, rotação e inclinação do display • Formato de tela: widescreen • Taxa de proporção: 16:9 • Brilho: 250 cd/m2 (típico) • Revestimento da tela: Antireflexo • Ajustes de altura, inclinação, rotação e giro • Compatível com VESA 100 x 100mm • Conexões mínimas: <ul style="list-style-type: none"> ○ 1x HDMI 1.4 ○ 1x Display Port 1.2 ○ 1x USB Tipo B ou C para Upstream ○ 3x USB 3.2 Tipo A para downstream
3.3	Scanner de mesa	01	<p>Referência: Brother ADS3100</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 12 meses • Alimentador automático de documentos (ADF): mínimo de 40 folhas • Velocidade: mínimo 40 ppm • Resolução óptica: mínimo 600 dpi • Frente e verso automático (duplex) • Conexão USB, podendo possuir adicionalmente Ethernet e/ou Wi-Fi • Compatível com sistema operacional Windows e Linux • Voltagem: 110V ou bivolt

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

3.4	Notebook	01	<p>Referência: Lenovo V14 G4</p> <p>Não serão admitidas configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de Clock (Overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.</p> <p>Placa Mãe E Microprocessador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador com arquitetura de 8 cores e 12 threads com frequência de 3.4GHz e frequência turbo de 4.6GHz, cache de 12MB • Deverá atingir índice médio de, no mínimo, 15.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php; • O processador deverá ser no mínimo de 2023 ou mais recente; • 02 (dois) slots de memória RAM, com 1 (um) módulo de 16GB de Memória SDRAM DDR4, ou superior – frequência 3.200MHz, ou superior, expansível a no mínimo 32GB; • Conectores: • 04 USBs, sendo no mínimo 3 delas padrão 3.2 sendo uma delas Type-C Com Power Delivery; • 01 RJ-45; • 01 saída HDMI; • 01 entrada Energia - AC power; <p>BIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deve possuir BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento. • Setup com suporte a língua Portuguesa ou inglesa • O fabricante do equipamento disponibiliza em seu site da internet todas as atualizações de BIOS; • A BIOS possui campo não editável com o número de série do equipamento e campo editável de 10 caracteres que permite inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento; • Possuir sistema integrado de diagnóstico que permita verificar a saúde do sistema em modo rápido e em modo detalhado, bem como diagnóstico na BIOS. • Função Wake-on-lan. <p>Unidades De Armazenamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 unidade de SSD de 512GB, NVMe M.2 com velocidades mínimas de leitura de 1800MB/s e escrita de 1000 MB/s;
-----	----------	----	---

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

			<p>Adaptador / Display De Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controlador de vídeo integrado, com suporte ao Microsoft DirectX 12; • Display LED 14 polegadas anti-reflexo (com resolução de 1920x1080) com brilho mínimo de 250nit; • Deverá possuir uma WebCam HD integrada ao gabinete; <p>Áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conectores para fone de ouvido e microfone (podendo ser combo); • Deverá possuir alto falante 2w e microfone duplo com cancelamento de ruído embutidos; <p>Comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adaptador de rede Gigabit, padrão Ethernet e função autosensing para seleção de taxa de transferência; • Suporte em software (driver) para TCP/IP, Netbios, MS Windows e Linux; • Wireless padrão 802.11ax 2x2 + Bluetooth 5.1 ou superior; <p>Teclado E Mouse:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Touch Pad com zona de rolagem (scroll) e duas teclas. • Teclado padrão ABNT2; • Possuir botão liga/desliga exclusivo e leds indicativos; <p>Especificações E Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Peso máximo do equipamento 1,5Kg; • Cor: preto, cinza chumbo ou grafite. • Outras opções poderão ser aprovadas mediante consulta prévia. • Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos • Deverá possuir slot para trava Kensington; • A base deve possuir antiderrapante integrado à carcaça não sendo admitidas adaptações; • Deverá estar acompanhado de: • Mochila do mesmo fabricante, com bolso exclusivo para o equipamento e fabricada em tecido resistente à água; • Cabo de alimentação e carregador; • Bateria de no mínimo 47Wh embutida;
--	--	--	--

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

			<p>Sistema Operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá ser entregue com o sistema operacional Windows 11 PRO 64 bits, pré-instalado, em português do Brasil; • O sistema operacional deve vir acompanhado de licença de uso; <p>Certificações e declarações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o catálogo ou folder técnico do equipamento ofertado. • Comprovação de que o produto ofertado pertence à linha corporativa. Não serão aceitos equipamentos destinados ao uso doméstico. • A proponente deverá apresentar documento do fabricante, em papel timbrado, declarando que a mesma possui credenciamento do fabricante para fornecimento do produto. • A empresa deverá constar como membro do TCG comprovado através do link: https://trustedcomputinggroup.org/membership/member-companies/ • Certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) do equipamento ofertado, disponível através do link http://www.epeat.net; • O modelo ofertado está em conformidade com ROHS (restriction of hazardous substances) • Garantia: 36 meses
3.5	Tablet	01	<p>Referência: Vaio TL12 256GB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: 36 meses • Tamanho da tela: Mínimo 10" • Resolução de tela: 2560 x 1600p • Armazenamento: Mínimo 256 Gb • RAM: Mínimo 8Gb • Sistema Operacional: Android 15 • Conexão: Wi-fi, Bluetooth e 5G • Carregador incluso Bivolt automático • Capa protetora inclusa

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

Grupo 4

Grupo 4			
Item	Objeto	Quantidade	Especificação:

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

4.1	Leitor RFID móvel	01	<p>Garantia: 12 meses</p> <p>Características Gerais: O equipamento deverá possuir formato ergonômico, adequado ao uso portátil e contínuo em atividades de campo, com dimensões e peso compatíveis com operação manual prolongada, sem comprometer a mobilidade do usuário.</p> <p>Display Deverá possuir display colorido com resolução mínima de 1280 x 720 pixels (HD) ou superior, com tecnologia touchscreen capacitiva, permitindo operação intuitiva e eficiente, inclusive em ambientes com diferentes condições de luminosidade.</p> <p>Tecnologia RFID Operar com padrão RFID EPC Class 1 Gen2, compatível com a norma ISO 18000-63; Permitir leitura de múltiplas etiquetas simultaneamente (leitura em massa); Possuir alcance de leitura mínimo de 5 (cinco) metros, podendo variar conforme o tipo de etiqueta e condições do ambiente; Dispor de antena integrada de alto desempenho; Apresentar desempenho compatível com aplicações de inventário e rastreamento patrimonial.</p> <p>Leitura de Códigos de Barras Deverá possuir leitor integrado de códigos de barras 1D e 2D, com capacidade de leitura em diferentes condições de iluminação.</p> <p>Processamento e Armazenamento Sistema operacional Android versão 10 ou superior; Memória RAM mínima de 3 GB; Armazenamento interno mínimo de 32 GB.</p> <p>Conectividade Conectividade Wi-Fi compatível com padrões 802.11 a/b/g/n/ac ou superiores; Bluetooth versão 4.0 ou superior; Interface USB para comunicação e carregamento.</p> <p>Câmera O equipamento deverá possuir câmera integrada com resolução mínima de 8 MP, permitindo o registro de imagens e sua associação aos dados coletados.</p> <p>Bateria Deverá possuir bateria recarregável do tipo íons de lítio, com capacidade mínima de 5.000 mAh, garantindo autonomia compatível com a jornada de trabalho.</p>
-----	-------------------	----	---

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

			<p>Deverá permitir recarga por meio de carregador ou base dedicada, incluso no fornecimento. Preferencialmente, a bateria deverá ser substituível.</p> <p>Software O software deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades: Controle por localização O sistema deverá permitir o cadastro e gerenciamento de bens associados a localizações físicas (ex.: salas, setores, unidades), possibilitando a organização e consulta dos itens por localidade. Inventário assistido por localização O sistema deverá possuir funcionalidade de inventário por ambiente/localização, permitindo ao usuário selecionar previamente uma localidade cadastrada e realizar a leitura das etiquetas RFID associadas àquele local. Durante o processo de inventário, o sistema deverá: Identificar automaticamente os itens pertencentes à localidade selecionada; Indicar, de forma visual e em tempo real, os itens já localizados; Apresentar de forma clara os itens não encontrados (pendentes), possibilitando acompanhamento dinâmico do progresso da conferência. Interface operacional O sistema deverá apresentar interface amigável e adequada ao uso em dispositivos móveis, com feedback visual claro durante as operações de leitura e inventário.</p> <p>Integração e customização Deverá ainda disponibilizar recursos que possibilitem integração ou customização, tais como SDK, API ou documentação técnica, bem como exportação dos dados em arquivos locais como CSV ou XML</p> <p>Resistência e Proteção O equipamento deverá possuir grau de proteção mínimo IP54, conforme a norma NBR IEC 60529, garantindo resistência contra poeira e respingos de água. Deverá ainda apresentar resistência a quedas compatível com uso em ambiente corporativo ou operacional.</p> <p>Homologação O equipamento deverá estar devidamente homologado junto à ANATEL, quando aplicável.</p> <p>Itens Inclusos Deverão ser fornecidos, no mínimo: 01 (um) coletor de dados RFID; Carregador e/ou base de carregamento; Cabos necessários para operação; Manual do usuário e documentação técnica.</p>
--	--	--	---

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

4.2	Etiquetas RFID para superfícies metálicas	1000	<p>Ser compatíveis com o padrão RFID EPC Class 1 Gen2, conforme norma ISO 18000-63; Operar na faixa de frequência UHF homologada no Brasil; Possuir código EPC único e não duplicado; Permitir gravação e regravação de dados, conforme aplicação; Ser compatíveis com o coletor de dados fornecido; Possuir vida útil adequada ao uso patrimonial, com resistência ao desgaste decorrente da utilização cotidiana. Tipo: etiqueta RFID específica para metal (on-metal); Construção com isolante ou estrutura que permita funcionamento adequado em superfícies metálicas; Fixação por adesivo industrial de alta resistência e/ou fixação mecânica (parafuso ou rebite), quando aplicável; Alcance de leitura compatível com aplicações de inventário, preferencialmente superior a 2 (dois) metros, podendo variar conforme ambiente e leitor utilizado; Alta resistência física, adequada para uso em equipamentos, mobiliário ou ativos expostos a condições mais severas; Resistência a impactos leves, abrasão e variações de temperatura compatíveis com ambiente corporativo ou operacional; Memória EPC compatível com padrão EPC Gen2.</p>
4.3	Etiquetas RFID para superfícies não metálicas	1000	<p>Ser compatíveis com o padrão RFID EPC Class 1 Gen2, conforme norma ISO 18000-63; Operar na faixa de frequência UHF homologada no Brasil; Possuir código EPC único e não duplicado; Permitir gravação e regravação de dados, conforme aplicação; Ser compatíveis com o coletor de dados fornecido; Possuir vida útil adequada ao uso patrimonial, com resistência ao desgaste decorrente da utilização cotidiana. Tipo: etiqueta adesiva (label) ou equivalente; Material compatível com superfícies não metálicas; Alcance de leitura compatível com aplicações de inventário, preferencialmente superior a 3 (três) metros, podendo variar conforme ambiente e leitor utilizado; Memória EPC compatível com padrão EPC Gen2; Resistência mínima ao manuseio e às condições normais de uso interno; Dimensões adequadas à aplicação em bens patrimoniais, sem comprometer a identificação visual; Adesivo de alta fixação, adequado para uso prolongado.</p>

Grupo 5

Item	Objeto	Quantidade	Especificação:
5.1	Pente de memória RAM 8GB DDR4	44	Tipo: DDR4 Formato: DIMM Capacidade: 8 GB Frequência: 2400 MHz Garantia: 12 meses
5.2	HD SATA 3.5" 4TB NAS	02	Referência: HD 4TB SATA3 Seagate IronWolf - ST4000VN006 Garantia: 36 meses. SATA 3 6Gb/s Cache: 256MB Capacidade: 4TB Tempo médio entre falhas (MTBF): 1,000,000 horas Velocidade de rotação: 5.400 RPM Velocidade de acesso: 6.0 Gb/s Modelo específico para NAS
5.3	HD SATA 3.5" 8TB Servidor	01	Referência: HD Interno Seagate Exos 7E10 8TB Garantia: 36 meses. Tamanho do disco rígido: 3.5 " Tipo: Interno Bytes por sector: 512 Latência média: 4,16 ms SATA 3 6Gb/s Cache: 256MB Capacidade: 8TB Tempo médio entre falhas (MTBF): 1,000,000 horas Velocidade de rotação: 7200 RPM Velocidade de acesso: 6.0 Gb/s Modelo específico para Servidor

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

5.4	Fonte de alimentação ATX 500w 80 Plus	01	Referência: Fonte Msi Mag A500Dn Garantia: 36 meses Formato: ATX Potência nominal: 500W Classificação de eficiência: Min .80 Plus White Tamanho do Ventilador: 120 mm PFC Ativo Bivolt automático Conectores mínimos: 1x ATX 1x EPS 1x PCI-E 4x SATA
-----	---------------------------------------	----	--

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação terá vigência **até a completa entrega dos bens, recebimento definitivo, pagamento e cumprimento de garantias**, não ultrapassando o prazo necessário ao cumprimento das obrigações contratuais.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação está devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA 2026), estando em conformidade com as diretrizes de planejamento institucional, modernização da infraestrutura tecnológica e atendimento às demandas operacionais da Autarquia, devidamente formalizadas no portal de Compras do governo, através dos documentos SEI nº [3914661](#), [3914662](#), [3914663](#), [3914664](#), [3916080](#) e [3916090](#).

4.2 A inclusão dos referidos itens decorre de análise técnica prévia quanto à sua real necessidade, alinhamento estratégico e aderência às demandas institucionais, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e planejamento da contratação pública. Após avaliação criteriosa, constatou-se que os objetos são essenciais para assegurar a continuidade dos serviços, o adequado desempenho das atividades administrativas e o atendimento às metas estabelecidas pela área demandante.

4.3. As justificativas específicas para cada item encontram-se detalhadas a seguir:

Item	Objeto	Justificativa
1.1	Kit mouse e teclado com fio	Periféricos como teclados e mouses têm vida útil curta devido à frequência de uso, e os desgastes de botões e micro interruptores. O CRA-PR mantém um pequeno estoque desses periféricos uma vez que são indispensáveis para os colaboradores realizarem seus trabalhos. Em caso de falha, a substituição deve ser imediata. Ressaltamos as características de cada modelo:
1.2	Kit mouse e teclado sem fio	Com fio: Tempo de resposta a comandos melhor, segurança de dados pois não há possibilidade de interceptação de sinal. Sem fio: Exige troca periódica de bateria/pilha, melhor organização da bancada mantendo o visual limpo, maior durabilidade já que não tem problema de fio, possibilidade de perda do sensor que é uma peça pequena, maior risco de derrubar mouse e teclado quebrando e ocasionando falha.
1.3	Headsets com fio	Com quase metade dos colaboradores usando Softphone há um ano, verificou-se a eficiência da ferramenta, conforto dos usuários e praticidade, já que, com o uso de headsets, é possível ficar com as mãos livres enquanto conversa ao telefone e há o bloqueio de ruídos exteriores à ligação. Restam ainda 21 colaboradores que não migraram para o Softphone. Ainda, o headset sem fio do Gerente Executivo apresentou falha sem possibilidade de conserto.
1.4	Headset sem fio	

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

1.5	Cabo HDMI	Devido ao uso de 2 monitores pelos colaboradores, considerando que nem todos os computadores possuem entradas DisplayPort em quantidade suficiente, é preciso manter um pequeno estoque de cabos HDMI para eventuais necessidades.
1.6	Webcam	Com o aumento de realização de reuniões e audiências na forma online, o uso de webcam tem aumentado, fazendo-se necessário manter ao menos uma em estoque disponível para os usuários que necessitem esporadicamente. A aquisição de webcams auxiliarão na participação dos advogados do setor em audiências virtuais, haja vista que hoje as audiências que ocorrem na Justiça Federal se dão no formato online. De igual modo, esses equipamentos auxiliarão em reuniões virtuais.
1.7	Hub USB 4 entradas	Com a utilização crescente de periféricos USB pelos colaboradores, como teclado, mouse, webcam, headset, leitores de cartão e dispositivos de armazenamento, verificou-se que alguns desktops e notebooks não dispõem de quantidade suficiente de portas USB para atender às demandas simultâneas. Assim, torna-se necessária a aquisição de hubs USB com no mínimo quatro entradas, visando ampliar a conectividade dos equipamentos e garantir maior flexibilidade no uso dos dispositivos.
1.8	Kit extensor HDMI RJ45	Atualmente, o Salão de Eventos dispõe de três extensores HDMI via RJ45 que apresentam funcionamento intermitente, ocasionando falhas na transmissão de áudio e vídeo durante a realização de eventos, reuniões e apresentações. Dessa forma, faz-se necessária a aquisição de novos kits extensores, a fim de garantir a continuidade das atividades, evitar interrupções e assegurar o adequado funcionamento dos recursos audiovisuais utilizados pelo Conselho.
2.1	Access Point	Com a mudança das salas dos Conselheiros, da Presidência e do Plenário para o quarto andar, será necessário ampliar o alcance da rede Wi-Fi. Para isso, serão requeridos três (3) pontos de acesso adicionais. Além disso, com a implantação de uma nova rede destinada à separação física entre a rede de visitantes e conselheiros e a rede interna do Conselho, será necessária a instalação de sete (7) pontos de acesso, de modo a garantir cobertura nos mesmos locais atualmente atendidos pela rede existente. Além da instalação de todo aparato necessário para mantê-lo isolado desde a entrada de internet até os pontos de acesso, incluindo o switch.
2.2	Switch	
2.3	Localizador de cabo de rede	Alguns procedimentos realizados pela área de Tecnologia da Informação demandam a identificação dos cabos de rede utilizados pelos usuários. Atualmente, esse processo é executado de forma manual, o que o torna moroso e sujeito a imprecisões. Dessa forma, faz-se necessária a aquisição de um equipamento específico para identificação de cabos de rede, a fim de otimizar o procedimento e assegurar maior precisão nos resultados.
2.4	Kit Conector RJ45 CAT6 de passagem única 100un.	A área de Tecnologia da Informação realiza periodicamente a confecção, substituição e reorganização de pontos de rede, em razão de mudanças de layout, adequações de salas e manutenção da infraestrutura existente. Para a execução dessas atividades, faz-se necessária a aquisição de conectores RJ45 CAT6, utilizados na terminação de cabos de rede, possibilitando a ativação de novos pontos, a correção de conexões defeituosas e a continuidade dos serviços.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

3.1	Nobreak 1200va	Com a aquisição de 2 novos desktops com maior desempenho e consumo de energia, se faz necessária a aquisição de nobreaks com maior potência para garantir a segurança e pleno funcionamento dos equipamentos, visto que os que o Conselho possui atualmente demonstraram não serem capazes de suportar estes computadores mesmo em momentos de baixo uso e ainda conectados à rede elétrica.
3.2	Monitor para computador	A aquisição de monitores é necessária visto que atualmente o setor possui um funcionário com somente um monitor e o estagiário também com um único, os monitores são essenciais para garantir a eficiência e produtividade das atividades realizadas pelos colaboradores do Setor de Dívida Ativa.
3.3	Scanner	Compra de um tablet e um scanner, considerando a contratação de mais um fiscal para o setor, para o exercício de suas atividades em conformidade com o padrão de equipamentos utilizado pelos demais integrantes do setor. O tablet se justifica pelo sua utilização em fiscalizações presenciais e, também, para participação em reuniões virtuais. O scanner é necessário para digitalização de documentos para sua juntada em processos de fiscalização.
3.5	Tablet	
3.4	Notebook	Notebook, conjunto audiovisual, licença Windows 11 pro ou superior, mochila para transporte e kit mouse e teclado sem fio para atender os registrados em sala separada no CRA.
4.1	Leitor RFID móvel	<p>Com o sistema atual (adesivos numerados), o processo de localização e verificação dos ativos é manual, o que requer que os funcionários percorram a toda a sede do CRA-PR fisicamente, verificando item por item. Isso consome tempo e está sujeito a erros humanos. Ao implementar a localização à distância, a identificação dos ativos poderá ser feita de forma automática e em massa, utilizando leitores que capturam as informações remotamente, sem necessidade de contato visual direto com a etiqueta, acelerando o processo de inventário significativamente. O controle manual é suscetível a erros de registro, duplicidades e falhas de localização de ativos. Com o uso de uma tecnologia de localização à distância, o processo de rastreamento torna-se mais preciso, minimizando as chances de erro, já que a leitura é automatizada e não depende de uma conferência manual. Isso assegura que as informações sobre a localização e o estado dos ativos estejam sempre corretas e atualizadas.</p> <p>A movimentação de ativos entre diferentes setores ou unidades da empresa atualmente depende de uma gestão manual, o que pode gerar inconsistências e dificultar o rastreamento. Com a adoção de uma nova tecnologia de localização, os ativos podem ser monitorados em tempo real, permitindo que a empresa saiba exatamente onde cada ativo está, quando foi movido e quem o movimentou. Isso facilita o controle de inventário e a tomada de decisões mais ágeis.</p> <p>A automatização reduzirá significativamente o tempo gasto pelos funcionários na conferência manual de ativos. Isso permitirá que os recursos humanos sejam alocados para outras atividades mais estratégicas, ao invés de focarem em tarefas repetitivas e demoradas. Além disso, a redução do tempo de inventário diminui o tempo de parada de operações e pode gerar economia em termos de horas de trabalho.</p> <p>O controle eficiente da movimentação dos ativos ajuda na prevenção de perdas ou furtos. A qualquer momento, a empresa pode verificar a localização precisa dos bens, o que aumenta a segurança patrimonial e facilita a detecção de movimentações não autorizadas.</p> <p>As tecnologias de localização à distância podem ser facilmente integradas aos sistemas de gestão patrimonial, como ERPs (Sistemas de Planejamento de Recursos Empresariais), permitindo que o inventário esteja sempre atualizado em tempo real. Isso oferece uma visão global dos ativos, melhorando a tomada de decisão e os processos de auditoria interna e externa.</p> <p>As etiquetas de identificação das novas tecnologias são duráveis e podem ser aplicadas a uma ampla gama de ativos, desde equipamentos eletrônicos a móveis e veículos. A solução é escalável, permitindo que novos ativos sejam incluídos no sistema sem a necessidade de processos manuais complexos, oferecendo um retorno de investimento a longo prazo.</p>
4.2	Etiquetas RFID para superfícies metálicas	
4.3	Etiquetas RFID para superfícies não metálicas	

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

5.1	Pente de memória RAM 8GB DDR4	Devido aos avanços tecnológicos, os desktops adquiridos em 2019 estão se tornando obsoletos. A exemplo do Sistema Operacional Windows, que tem sua versão atual Windows 10 com previsão de fim de suporte em 2025, sendo necessária a atualização em todos os computadores do CRA-PR para Windows 11. Também, outros programas que estão sendo modernizados, porém utilizando mais memória para o processamento. Desta forma, os desktops citados apresentam lentidão e travamento durante o trabalho dos colaboradores, afetando a produtividade e a agilidade de realização das tarefas. O aumento de memória RAM poderia dar sobrevida a esses equipamentos, evitando a compra imediata de novos desktops.
5.2	HD SATA 3.5" 4TB NAS	Atualmente, o armazenamento das máquinas virtuais da instituição é realizado por meio de sistema de storage em rede em operação há longo período, no qual estão hospedados sistemas institucionais críticos, que demandam elevados níveis de disponibilidade, integridade e segurança da informação. A solução empregada baseia-se em discos rígidos mecânicos (HDDs) que já ultrapassam 70.000 (setenta mil) horas de funcionamento, patamar que eleva significativamente o risco de falhas em razão do desgaste natural dos componentes. Registra-se, ainda, a ocorrência prévia de falhas em discos utilizados nos servidores da instituição, evidenciando a materialização do risco. A inexistência de unidades sobressalentes em estoque pode ocasionar aumento no tempo de indisponibilidade dos serviços e a necessidade de aquisições emergenciais, em condições menos vantajosas para a Administração.
5.3	HD SATA 3.5" 8TB Servidor	Nesse contexto, mostra-se necessária a substituição ou atualização da solução de armazenamento, bem como a aquisição de discos rígidos para servidores, incluindo unidades sobressalentes, a fim de possibilitar pronta reposição em caso de falha, reduzir o tempo de indisponibilidade e conferir maior economicidade ao processo de aquisição. Sob a ótica da gestão de riscos, da continuidade de negócios e da segurança da informação, a manutenção do cenário atual revela-se inadequada, expondo a instituição a riscos elevados quanto à disponibilidade e integridade dos dados.
5.4	Fonte de alimentação ATX 500w 80 Plus	A aquisição de fonte de alimentação justifica-se pela necessidade de reaproveitamento de componentes já disponíveis em equipamento anteriormente utilizado, viabilizando a montagem de um servidor de armazenamento em rede (NAS) de baixo custo. Essa solução apresenta melhor relação custo-benefício em comparação à aquisição de um storage dedicado, cujo investimento seria significativamente superior para atender à mesma demanda operacional. Além disso, a utilização de hardware já existente contribui para a economicidade e sustentabilidade da contratação, reduzindo desperdícios e otimizando recursos públicos. Uma fonte de alimentação de qualidade é item indispensável para garantir adequada alimentação elétrica estável e funcionamento seguro dos componentes, assegurando a continuidade dos serviços e a integridade dos dados armazenados.

4.4. A contratação do fornecimento , objeto deste termo tem amparo legal na Lei 14.133 de 2021 e suas alterações .

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução consiste na **aquisição de periféricos e suprimentos de informática**, divididos em **Grupos**, para atender às demandas de reposição, manutenção e atualização do parque tecnológico do **CRA-PR**.

5.2. A estratégia de parcelamento em Grupos foi adotada para garantir a seleção de fornecedores especializados em cada segmento (ex: suprimentos de impressão vs. periféricos de entrada), assegurando a obtenção de produtos com melhor desempenho técnico e compatibilidade com os equipamentos já existentes na autarquia, conforme detalhado nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) citados no preâmbulo deste termo.

5.3. Ciclo de Vida do Objeto

O ciclo de vida dos bens a serem adquiridos foi planejado para garantir a máxima eficiência e sustentabilidade, compreendendo as seguintes etapas:

- **Planejamento e Seleção:** Identificação da necessidade via DFDs e seleção do fornecedor por meio de processo licitatório, observando a qualidade e a padronização necessária para a continuidade das atividades do CRA-PR.
- **Recebimento e Instalação:** Verificação da conformidade técnica dos itens entregues em relação às especificações do edital. No caso de periféricos, envolve a imediata integração aos postos de trabalho.
- **Utilização e Manutenção:** Uso regular dos itens durante sua vida útil estimada, contando com a garantia técnica oferecida pelos fabricantes contra defeitos de fabricação.
- **Descarte e Logística Reversa:** Ao final da vida útil (obsolescência ou dano irreparável), os itens deverão ser destinados conforme a legislação ambiental vigente.

5.4. Especificação do Produto

As especificações detalhadas de cada item, incluindo quantitativos, requisitos técnicos mínimos e unidades de medida, estão devidamente consolidadas no **Item 2 (Descrição Detalhada dos Itens/Grupos)** deste Termo de Referência.

- Os produtos deverão ser, obrigatoriamente, **novos e de primeiro uso**, acondicionados em embalagens originais que garantam a integridade do material durante o transporte e armazenamento.
- A descrição técnica contida no Item 2 prevalece sobre qualquer interpretação divergente, devendo os proponentes observar rigorosamente as exigências de compatibilidade ali listadas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Para os itens objeto da contratação que são de entrega única, os requisitos de negócio da contratação relacionam-se exclusivamente com o atendimento de:

- 6.1.1. Condições de regularidade fiscal quando da liquidação do pagamento do item fornecido;
- 6.1.2. Demandas de suporte e de garantia previstas neste Termo de Referência, para o item fornecido, quando for o caso;
- 6.1.3. Comunicação eficaz e imediata entre as partes para tratamento de questões relativas à execução e à gestão da compra;

6.2. O procedimento de implantação, por parte da Contratada, limita-se ao fornecimento do item requerido pelo Contratante.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

6.3. Não se aplica exigência de qualificação da Contratada, nem de seu pessoal, seja de certificação, experiência profissional, formação acadêmica ou técnica, para implantação do objeto deste contrato.

6.4. Todo item integrante do objeto de contratação deste Termo de Referência deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes, de acordo com as categorias a que pertencem.

6.5. Todo e qualquer acesso ou disponibilidade de informação, seja proveniente do item ou de elemento acessório deverá ser entregue no idioma Português Brasil.

6.6. Da garantia e manutenção

6.6.1. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.6.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada ou por assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.6.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo item, compreendendo a substituição de partes, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.6.4. Não serão aceitas adaptações do equipamento.

6.6.5. A Contratada deverá informar, no início do contrato, os canais de comunicação entre as partes Contratantes para atendimento da garantia.

6.6.6. A garantia deverá prever ainda o prazo máximo de sua realização e seus custos, quando houver.

6.6.7. A Contratante notificará a Contratada da necessidade de execução da garantia por meio de chamado técnico por meio de comunicação previamente definido pela Contratada.

6.6.8. Quando não mencionada na especificação do item, a validade da garantia deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, prevalecendo sempre o prazo específico definido na descrição individual de cada item, quando houver.

6.6.9. Durante o período da garantia, a Contratada obriga-se a substituir o item, ou parte dele, sem qualquer ônus para o Contratante, caso se constate qualquer avaria, defeito ou circunstância que o impeça de produzir a utilidade a que se destina, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer de motivo a que houver dado causa o Contratante.

6.6.10. No caso das garantias dos equipamentos comprados, o item ou parte substituta será novo, de primeiro uso, e original, apresentando padrão de qualidade e desempenho igual ou superior ao substituído.

6.6.11. O custo referente ao transporte e substituição estará coberto pela garantia e será de responsabilidade da Contratada.

6.6.12. A Contratada assumirá o ônus da prova de origem do fato gerador de substituição, quando esta ocorrer.

6.6.13. O prazo de realização da garantia é de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação.

6.6.14. Este prazo pode ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, se aceita pelo Contratante. Havendo a prorrogação citada, a

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

Contratada fornecerá item equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade das atividades do órgão durante a execução da garantia.

6.6.15. O Contratante estará autorizado a contratar empresa diversa para executar a garantia, na hipótese de não atendimento da Contratada, e a exigir desta o reembolso pelos custos respectivos.

6.6.16. Os fiscais requerente e técnico deverão validar que a realização da garantia, qualquer que seja a parte do item coberto, com padrão de qualidade, validade ou desempenho igual ou superior ao inicialmente fornecido.

6.6.17. Para o atendimento da garantia, a Contratada não poderá utilizar material de reposição improvisado; peças ou equipamentos que vierem a ser substituídos deverão ser novos e originais, fornecidos ou homologados pelo fabricante para uso próprio do item submetido à manutenção.

6.6.18. Havendo necessidade de substituição de item em garantia, o prazo máximo para reposição será de 10 (dez) dias, contados da ciência da notificação do problema.

6.6.19. Todos os drivers para os sistemas suportados devem estar disponíveis para download no website do fabricante do equipamento, quando necessário.

6.6.20. Os equipamentos deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação.

6.6.21. A critério, poderá ser solicitada amostra do equipamento para validação das especificações técnicas.

6.6.22. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para assinar o contrato de garantia.

6.7. Da segurança da informação

6.7.1. O pessoal encarregado pela entrega do item e pela realização do serviço de manutenção/garantia deverá ser devidamente identificado ao entrar nas instalações do Contratante.

6.7.2. Somente os técnicos da Contratada, ou pessoas a quem ela autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção.

6.7.3. Todas as informações obtidas ou extraídas pela Contratada quando da execução do fornecimento, garantia ou manutenção deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada a reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a Contratada zelar por si e por seus sócios, empregados e assistência técnica quanto à manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

6.7.4. A Contratada deverá dar ciência aos executores de entrega, garantia ou manutenção de item, de que a estrutura computacional do Contratante não poderá ser utilizada para fins particulares e que suas atividades neste ambiente poderão ser auditadas.

6.8. Das embalagens dos equipamentos

A fim de garantir o correto descarte e facilitar a triagem dos resíduos que serão encaminhados à reciclagem, deverão as embalagens (de plástico, papelão e outros) dos equipamentos possuir identificação do nível de reciclagem, devendo estar em conformidade com as normas e simbologias da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Local de entrega

Os bens deverão ser entregues no endereço da sede do CRA-PR situado à Rua Coronel Dulcídio, 1565 - Curitiba - Paraná.

7.2. Prazo de entrega

A Contratada deverá efetuar a sua entrega em até 30 (trinta) dias, a contar da data de envio da autorização de fornecimento emitida pelo Contratante, contendo a nota de empenho devidamente assinada.

O item deverá ser entregue em dia, horário e local informados na autorização de fornecimento, pelo Contratante, por conta e risco do licitante registrado, nas condições ofertadas, obedecendo ao prazo de entrega.

O item deverá ser entregue de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital.

7.3. Condições gerais de fornecimento

Correrão, por conta da Contratada, todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição do item.

Não será admitida, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham adulterado ou entregue o item fora dos padrões exigidos.

Atendimento pleno aos requisitos gerais da contratação e específicos do item a ser fornecido, conforme definido neste Termo de Referência.

Havendo mais de um item na ordem de serviço, a remessa será única.

Os itens fornecidos devem ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e não poderão estar fora de linha de fabricação, de maneira a não prejudicar a execução dos objetos ora contratados, sob pena de restar caracterizada inexecução parcial da contratação.

Configurada esta inexecução, a Contratada deverá substituir todos os itens que não atenderem a estas exigências, no prazo de 10 (dez) dias.

É permitida a oferta de itens que possuam especificação superior, nas mesmas condições de preço, fornecimento e garantia, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto no Termo de Referência, devendo este também permanecer em linha de comercialização.

Os itens fornecidos deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais.

7.4. Recebimento provisório

O recebimento provisório dos itens adquiridos será realizado e comunicado ao licitante registrado no prazo de até 10 (dez) dias da entrega, de forma sumária, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais

7.5. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo será realizado e comunicado ao licitante registrado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das

exigências contratuais. Na hipótese de a verificação citada não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

7.6 Condições gerais de recebimento

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Havendo diferença de quantidade, de partes, ou de serviços não prestados, o Contratante determinará sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

O recebimento provisório ou definitivo do item não exclui a responsabilidade da licitante registrada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o CRA-PR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá e nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CRA-PR a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.7. O CRA-PR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

9.1. Liquidação:

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

9.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período,

9.1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021

9.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- prazo de validade;
- data de emissão;
- dados do contratado e do CRA-PR;
- período respectivo da execução do contrato;
- valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CRA-PR.

9.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

9.1.5. O CRA-PR deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito federal, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.1.6. Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade do contratado, será providenciada notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CRA-PR.

9.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CRA-PR deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.8. Persistindo a irregularidade, o CRA-PR adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2. Prazo de pagamento:

9.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de **MENOR PREÇO**.

10.2. Forma de fornecimento:

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

10.2.1. O fornecimento será realizado de forma integral para cada Grupo, devendo a entrega ocorrer em **remessa única por Grupo**, conforme as quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Empenho.

10.3. Exigências de habilitação:

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.2. Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;
- c) No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no registro civil das pessoas jurídicas ou no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764/1971;

10.3.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.4. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título

VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.5. Qualificação econômica-financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; as certidões que não fixarem prazo de validade, só serão aceitas, aquelas expedidas até no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da presente licitação.

10.3.6. Qualificação técnica:

a) Comprovação através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, que a licitante já tenha efetuado o fornecimento similar ao do objeto da licitação, contendo nome e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio que permita ao CRA-PR manter contato com a instituição atestante;

b) Caso seja necessário diligenciar, o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

A CONTRATADA obriga-se a:

11.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e declaração de optante pelo Simples (se for o caso), na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.2. Fornecer o objeto acompanhado do manual do usuário e dos documentos que comprovem o atendimento das especificações técnicas, com uma versão em Português Brasil, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos fiscais responsáveis pela contratação, inerentes à execução do objeto contratual;

11.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; Assumir toda despesa decorrente de manutenção corretiva realizada durante o período de garantia;

11.6. Informar previamente e por escrito, ao contratante, o responsável por execução de manutenção corretiva, quando esta ocorrer;

11.7. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede à data da entrega do item (ou do que o substituir), os motivos que impossibilitem o cumprimento de qualquer prazo previsto, com a devida comprovação; Comunicar à contratante qualquer anormalidade verificada na realização de qualquer serviço;

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

11.8. Cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica dos itens fornecidos, na forma e nos prazos estabelecidos, independente da abertura de compartimentos ou do acréscimo de componentes, operada por técnicos da contratada

11.9. Nomear preposto para acompanhamento da prestação dos serviços, que deverá seguir as orientações demandadas pelo CRA-PR.

11.10. A contratada deve manter representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; Os contatos do representante devem ser informados no ato da formulação do contrato ou da resposta à ordem de serviço;

11.11. A indicação de novo preposto deve ser feita oportunamente por iniciativa da contratada para que a comunicação entre as partes seja mantida de forma efetiva;

11.12. O contratante fica desonerado de qualquer prejuízo causado à contratada pela falha de comunicação provocada pela mudança de preposto.

11.13. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação.

11.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.15. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência.

11.16. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CRA-PR ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.

11.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

11.18. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

11.19. Atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente;

11.20. Cumprir todas as demais obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.21. Prestar garantia e assistência técnica conforme item 6.6. do Termo de Referência.

A CONTRATANTE obriga-se a:

11.22. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, através de servidor designado para este fim..

11.23. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada.

11.24. Emitir, para cada demanda, as ordens de serviços contendo as especificações/informações necessárias à correta execução dos serviços por parte da contratada, por meio de nota de empenho ou autorização de fornecimento de bens.

11.25. Atentar para que durante a vigência do presente contrato seja mantida a situação de regularidade relativa à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal da CONTRATADA, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11.26. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o devido atesto da nota fiscal/fatura.

11.27. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda.

11.28. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

11.29. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.

11.30. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

11.31. Notificar a contratada de qualquer irregularidade no fornecimento dos bens;

11.32. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.33. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.34. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

11.35. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A Licitante ou Contratada será responsabilizada administrativamente no caso de cometer qualquer infração discriminada no art. 155 da Lei 14.133/2021.

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) Advertência;

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

12.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133/2021.

12.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do art. 156, §7º, da Lei 14.133/2021.

12.6. O valor da multa, caso aplicada, deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação.

12.7. Não se aplicará multa indenizatória quando a infração se der por fatos decorrentes de força maior, devidamente comprovado.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor global estimado para gastos será de **R\$ 80.903,75** (oitenta mil, novecentos e três reais e setenta e cinco centavos).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Itens
Equipamentos de Processamento de dados	6.2.2.1.1.02.02.03.006	2.1; 2.2; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 4.1.
Materiais de Informática	6.2.2.1.1.01.04.03.001.008	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 2.3; 2.4; 3.1; 4.2; 4.3; 5.1; 5.2; 5.3; 5.4.

Christina E. Kodama
Supervisora do Departamento de TI / CRA-PR
christina.kodama@cra-pr.org.br

Eduardo Emilio Gunha Ceza
Analista de Sistemas I / CRA-PR
eduardo.ceza@cra-pr.org.br

ANEXO III - A
(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)
MODELO DE PROPOSTA

Ao Conselho Regional de Administração do Paraná / CRA-PR

Apresentamos ao Pregoeiro a nossa proposta de preços para venda dos itens pertencentes ao **Grupo 1**, tudo conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Edital nº 90003/2026 do CRA-PR e seus Anexos, e conforme descrição resumida a seguir:

Grupo 1				
<i>Item</i>	<i>Descrição do item</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor total do item (quantidade x unitário)</i>
1.1	Kit mouse e teclado com fio	15	R\$	R\$
1.2	Kit mouse e teclado sem fio	03	R\$	R\$
1.3	Headsets com fio	21	R\$	R\$
1.4	Headset sem fio	02	R\$	R\$
1.5	Cabo HDMI	10	R\$	R\$
1.6	Webcam	04	R\$	R\$
1.7	Hub USB 4 entradas	03	R\$	R\$
1.8	Kit extensor HDMI RJ45	03	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO Grupo				R\$

Declaramos ainda:

1) Que esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.

2) Que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços e instalação dos produtos objetos desta licitação, da garantia dos produtos, bem

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

3) Razão Social: CPNJ:
Endereço Completo:
Fone: E-mail:
Banco, Agência, C/C:

4) Representante legal com poderes para assinar o contrato:
Nome: Cargo:
CPF, Identidade com Órgão Expedidor/UF:
Outros Contatos:
Nome:
Fone:

Curitiba, 06 de julho de 2026.

Assinatura do representante legal

(A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa)

ANEXO III - B
(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)
MODELO DE PROPOSTA

Ao Conselho Regional de Administração do Paraná / CRA-PR

Apresentamos ao Pregoeiro a nossa proposta de preços para venda dos itens pertencentes ao **Grupo 2**, tudo conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Edital nº 90003/2026 do CRA-PR e seus Anexos, e conforme descrição resumida a seguir:

Grupo 2				
<i>Item</i>	<i>Descrição do item</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor total do item (quantidade x unitário)</i>
2.1	Access Point	10	R\$	R\$
2.2	Switch	02	R\$	R\$
2.3	Localizador e testador de cabo de rede	01	R\$	R\$
2.4	Kit Conector RJ45 CAT6 de passagem única 100un.	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO Grupo				R\$

Declaramos ainda:

1) Que esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.

2) Que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços e instalação dos produtos objetos desta licitação, da garantia dos produtos, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

3) Razão Social:

CPNJ:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

Banco, Agência, C/C:

4) Representante legal com poderes para assinar o contrato:

Nome:

Cargo:

CPF, Identidade com Órgão Expedidor/UF:

Outros Contatos:

Nome:

Fone:

Curitiba, 06 de julho de 2026.

Assinatura do representante legal
(A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa)

ANEXO III - C
(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)
MODELO DE PROPOSTA

Ao Conselho Regional de Administração do Paraná / CRA-PR

Apresentamos ao Pregoeiro a nossa proposta de preços para venda dos itens pertencentes ao **Grupo 3**, tudo conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Edital nº 90003/2026 do CRA-PR e seus Anexos, e conforme descrição resumida a seguir:

Grupo 3				
<i>Item</i>	<i>Descrição do item</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor total do item (quantidade x unitário)</i>
3.1	Nobreak 1200va	02	R\$	R\$
3.2	Monitor para computador	03	R\$	R\$
3.3	Scanner de mesa	01	R\$	R\$
3.4	Notebook	01	R\$	R\$
3.5	Tablet	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO Grupo				R\$

Declaramos ainda:

1) Que esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.

2) Que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços e instalação dos produtos objetos desta licitação, da garantia dos produtos, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

3) Razão Social:

CPNJ:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

Banco, Agência, C/C:

4) Representante legal com poderes para assinar o contrato:

Nome:

Cargo:

CPF, Identidade com Órgão Expedidor/UF:

Outros Contatos:

Nome:

Fone:

Curitiba, 06 de julho de 2026.

Assinatura do representante legal

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

(A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa)

ANEXO III - D

(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)

MODELO DE PROPOSTA

Ao Conselho Regional de Administração do Paraná / CRA-PR

Apresentamos ao Pregoeiro a nossa proposta de preços para venda dos itens pertencentes ao **Grupo 4**, tudo conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Edital nº 90003/2026 do CRA-PR e seus Anexos, e conforme descrição resumida a seguir:

Grupo 4				
Item	Descrição do item e prazo	Quantidade	Valor Unitário	Valor total do item (quantidade x unitário)
4.1	Leitor RFID móvel	01	R\$	R\$
4.2	Etiquetas RFID para superfícies metálicas	1000	R\$	R\$
4.3	Etiquetas RFID para superfícies não metálicas	1000	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO Grupo				R\$

Declaramos ainda:

1) Que esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.

2) Que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços e instalação dos produtos objetos desta licitação, da garantia dos produtos, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

3) Razão Social:

CPNJ:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

Banco, Agência, C/C:

4) Representante legal com poderes para assinar o contrato:

Nome:

Cargo:

CPF, Identidade com Órgão Expedidor/UF:

Outros Contatos:

Nome:

Fone:

Curitiba, 06 de julho de 2026.

Assinatura do representante legal

(A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa)

ANEXO III - E
(PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026)
MODELO DE PROPOSTA

Ao Conselho Regional de Administração do Paraná / CRA-PR

Apresentamos ao Pregoeiro a nossa proposta de preços para venda dos itens pertencentes ao **Grupo 5**, tudo conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas no Edital nº 90003/2026 do CRA-PR e seus Anexos, e conforme descrição resumida a seguir:

Grupo 5				
Item	Descrição do item	Quantidade	Valor Unitário	Valor total do item (quantidade x unitário)
5.1	Pente de memória RAM 8GB DDR4	44	R\$	R\$
5.2	HD SATA 3.5" 4TB NAS	02	R\$	R\$
5.3	HD SATA 3.5" 8TB Servidor	01	R\$	R\$
5.4	Fonte de alimentação ATX 500w 80 Plus	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO Grupo				R\$

Declaramos ainda:

1) Que esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão pública.

2) Que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços e instalação dos produtos objetos desta licitação, da garantia dos produtos, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

3) Razão Social:

CPNJ:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

Banco, Agência, C/C:

4) Representante legal com poderes para assinar o contrato:

Nome:

Cargo:

CPF, Identidade com Órgão Expedidor/UF:

Outros Contatos:

Nome:

Fone:

Curitiba, 06 de julho de 2026.

Assinatura do representante legal
(A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa)

ANEXO IV
(PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2026)
(PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI nº 476920.002557/2025-18)

MINUTA CONTRATO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO
REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ E**

_____.

O Conselho Regional de Administração do Paraná – CRA-PR, CNPJ nº 78.348.059/0001-62, com endereço na Rua Coronel Dulcídio, 1565, em Curitiba, Paraná, criado através da Lei 4.769, de 09 de setembro de 1965, representado neste ato pelo seu Presidente, Adm. Gilmar Silva de Andrade, brasileiro, casado, e pelo seu Diretor de Administração e Finanças, Adm. Charles Vezozzo, brasileiro, casado, investidos nos cargos através da Ata nº 1630 de 06 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **476920.002557/2025-18** e em observância às disposições da Lei 14.133/2021 e demais legislações e normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90003/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de bens conforme Grupo do Pregão 90003/2026 .
- 1.2. Todos os itens têm garantia e assistência técnica, conforme prazos informados no Termo de Referência, Anexo II, na tabela contida no Item 2 (Descrição Detalhada dos Itens), que deverão cobrir a reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte; e não sendo sanados os vícios, deverá ser feita a troca do bem.
- 1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital de Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO; e
 - 1.2.4. Anexos e apêndices dos documentos supracitados;
 - 1.2.5. Documentos de habilitação, complementares e garantias.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do contrato de Garantia, Suporte e Assistência Técnica é de **XX (xxxxx)** meses (**maior prazo entre os itens do Grupo**), contados a partir do recebimento dos produtos..

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência do Pregão 90003/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- 4.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e declaração de optante pelo Simples (se for o caso), na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 4.2. Fornecer o objeto acompanhado do manual do usuário e dos documentos que comprovem o atendimento das especificações técnicas, com uma versão em Português Brasil, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.4. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos fiscais responsáveis pela contratação, inerentes à execução do objeto contratual;
- 4.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; Assumir toda despesa decorrente de manutenção corretiva realizada durante o período de garantia;
- 4.6. Informar previamente e por escrito, ao contratante, o responsável por execução de manutenção corretiva, quando esta ocorrer;
- 4.7. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede à data da entrega do item (ou do que o substituir), os motivos que impossibilitem o cumprimento de qualquer prazo previsto, com a devida comprovação; Comunicar à contratante qualquer anormalidade verificada na realização de qualquer serviço;
- 4.8. Cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica dos itens fornecidos, na forma e nos prazos estabelecidos, independente da abertura de compartimentos ou do acréscimo de componentes, operada por técnicos da contratada
- 4.9. Nomear preposto para acompanhamento da prestação dos serviços, que deverá seguir as orientações demandadas pelo CRA-PR.
- 4.10. A contratada deve manter representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; Os contatos do representante devem ser informados no ato da formulação do contrato ou da resposta à ordem de serviço;
- 4.11. A indicação de novo preposto deve ser feita oportunamente por iniciativa da contratada para que a comunicação entre as partes seja mantida de forma efetiva;
- 4.12. O contratante fica desonerado de qualquer prejuízo causado à contratada pela falha de comunicação provocada pela mudança de preposto.
- 4.13. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação.
- 4.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.15. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência.
- 4.16. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CRA-PR ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.
- 4.17. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 4.18. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.
- 4.19. Atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente;
- 4.20. Cumprir todas as demais obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 4.21. Prestar garantia e assistência técnica conforme item 6.6. do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, através de servidor designado para este fim..
- 5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 5.3. Emitir, para cada demanda, as ordens de serviços contendo as especificações/informações necessárias à correta execução dos serviços por parte da contratada, por meio de nota de empenho ou autorização de fornecimento de bens.
- 5.4. Atentar para que durante a vigência do presente contrato seja mantida a situação de regularidade relativa à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal da CONTRATADA, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 5.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o devido atesto da nota fiscal/fatura.
- 5.6. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda.
- 5.7. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.
- 5.8. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.
- 5.9. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.
- 5.10. Notificar a contratada de qualquer irregularidade no fornecimento dos bens;
- 5.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.12. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.13. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;
- 5.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

- 6.1. Não será necessário índice de reajuste devido a natureza do contrato de Garantia e Assistência Técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. A Licitante ou Contratada será responsabilizada administrativamente no caso de cometer qualquer infração discriminada no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- 7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 7.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133/2021.
- 7.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos do art. 156, §7º, da Lei 14.133/2021.
- 7.6. O valor da multa, caso aplicada, deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação.
- 7.7. Não se aplicará multa indenizatória quando a infração se der por fatos decorrentes de força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. O processo é de compra de bens, com pagamento somente após o recebimento definitivo dos itens, portanto não será exigida a Garantia de Execução, apenas este contrato de Garantia e Assistência Técnica.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

9.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

9.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

9.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica do CONTRATADO, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.6.3. Indenizações e multas.

9.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

9.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

9.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

9.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Processo Administrativo de Contratação nº 476920.002557/2025-18

- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado, fazendo parte deste Contrato o Edital do Pregão Eletrônico CRA-PR n.º 90003/2026, seus anexos e a proposta da contratada, que instruem o processo licitatório nº 476920.002557/2025-18.

11.2. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Foro da cidade de Curitiba-PR, com competência exclusiva da Justiça Federal e, expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Curitiba, ____ de _____ de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1)
2)